

política

Editora: Paula Coutinho
politica@jornaldocomercio.com.br

Reforma administrativa será votada nesta sexta

Governo protocolou ontem três projetos referentes aos servidores

/ FUNCIONALISMO

Bolívar Cavalari

politica@jornaldocomercio.com.br

Foi convocada para esta sexta-feira, às 16h, sessão extraordinária na Assembleia Legislativa do RS para os deputados apreciarem um pacote de projetos de lei que trata de uma série de mudanças no funcionalismo público do Estado. A convocação ocorre logo após o Executivo estadual protocolar na casa, ontem, os documentos relativos às reformas.

Os parlamentares votarão três proposições do Executivo gaúcho que preveem reestruturação de carreiras, aumento salarial para diversos setores, contratação de servidores temporários, entre outras alterações no funcionalismo público estadual. Conforme foi apresentado pelo governador Leite nesta terça-feira, as medidas impactarão 108 mil servidores, incluindo ativos e inativos. A previsão do governo do RS é que estas reformas gerem um impacto anual entre R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão ao Tesouro do Estado.



RAUL PEREIRA / ALRS / DIVULGAÇÃO / JC

Plenário da Assembleia terá sessão extraordinária para analisar pacote

res, incluindo ativos e inativos. A previsão do governo do RS é que estas reformas gerem um impacto anual entre R\$ 1,1 bilhão e R\$ 1,5 bilhão ao Tesouro do Estado.

A apreciação do parlamento gaúcho sobre os textos foi tratada com caráter de urgência pelo governador, pois as enchentes que

atingiram o Estado em maio deste ano resultaram em queda na arrecadação estadual. Com isso, se fossem votados após o recesso parlamentar - que ocorre até 31 de julho -, os projetos poderiam levar o Rio Grande do Sul a atuar acima dos limites prudenciais da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Estado receberá 11,5 mil novas unidades habitacionais

/ CLIMA

Ana Carolina Stobbe

ana.stobbe@jcrs.com.br

O governo federal anunciou ontem, no 42º Congresso de Municípios da Federação das Associações de Municípios do RS (Famurs), a abertura para a seleção para as faixas 1 e 2 do Minha Casa Minha Vida para a construção de 11,5 mil

novas unidades habitacionais. O ministro das Cidades, Jader Costa, divulgou a medida em congresso organizado pela Famurs e que reúne prefeitos de municípios gaúchos, em Porto Alegre.

Apenas na Região Metropolitana da Capital serão 9 mil casas, sendo 3 mil para Porto Alegre, 3 mil para Canoas, 900 para Eldorado do Sul, 1,3 mil para Novo Hamburgo e 800 para São Leopoldo. No Vale do

Taquari serão contemplados os municípios de Cruzeiro do Sul (500), Estrela (800) e Lajeado (300). Santa Maria, por sua vez, receberá 300 unidades habitacionais. Além de outras 600 em Charqueadas.

Nos demais municípios, o número de unidades será determinado conforme demanda. Para isso, a Defesa Civil municipal realizará o encaminhamento da necessidade para a instância federal.

Maurício Marcon deve recorrer ao TSE contra cassação

/ CONGRESSO NACIONAL

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul (TRE-RS) decidiu por unanimidade pela cassação do deputado federal gaúcho Maurício Marcon (Podemos) por fraude à cota de gênero. A Ação de Impugnação de Mandato Eletivo foi julgada nesta terça-feira, mas os efeitos não são imediatos, visto que Marcon anunciou que deverá recorrer da decisão no Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Caso o TSE opte por manter a sentença do TRE-RS, além de cassação, Marcon terá os votos anulados, assim como os de sua legenda, que

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/DIVULGAÇÃO/JC



Marcon teria se beneficiado por fraude da sigla na cota de gênero

será invalidada. Dessa forma, a cadeira não será destinada a suplente da sigla, devendo ser realizado um novo cálculo do quociente eleitoral e partidário para determinar qual partido levará a vaga. É possível que o PSD, autor da ação movida contra Marcon, seja beneficiado.

De acordo com o TRE, Marcon teria sido beneficiado pela fraude, que poderia ter sido comprovada por "elementos suficientemente seguros". Ao **Jornal do Comércio**, o deputado disse ter "sofrido uma pena sem cometer crime nenhum". Em nota, o Podemos gaúcho demonstrou inconformidade e surpresa com a decisão do TRE-RS.



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Aposentadoria para caminhoneiros

Avança na Câmara projeto de lei que prevê aposentadoria especial para caminhoneiros, que podem ganhar um regime especial, como prevê projeto de lei já aprovado na Comissão de Viação e Transportes da casa. A proposta estabelece aposentadoria especial para caminhoneiros, profissionais autônomos ou registrados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Vida em risco todos os dias

O relator, deputado Neto Carletto (PP-BA), aprovou a proposta. Ele afirmou que é um passo importante para melhorar a qualidade de vida da categoria. "Esse projeto de lei vai garantir um benefício que é de direito desses trabalhadores que colocam as suas vidas em risco todos os dias. São pessoas que trabalham em ambientes precários, sem segurança, expostos a agentes prejudiciais para a saúde, e não recebem o cuidado necessário. Temos que pensar em outras ações para melhorar as condições de trabalho dos caminhoneiros", assinalou o relator.

Comissão de Previdência

O projeto que estabelece uma aposentadoria especial para os caminhoneiros será avaliado pela comissão que cuida de assuntos ligados à Previdência e à Assistência Social, após o recesso parlamentar

Universidade Pública na Serra

ZECA RIBEIRO/CÂMARA DOS DEPUTADOS/JC

O anúncio feito pelo governo de criar um campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul na Serra foi elogiado, na tribuna, pela deputada federal gaúcha Denise Pessôa (PT, foto). Na opinião da petista, "a presença de uma universidade pública, gratuita e de qualidade tem o potencial de melhorar o ensino básico e a economia regional".



Educação mais acessível

Denise Pessôa também acredita que "a universidade torna a educação superior mais acessível para a juventude, especialmente para os filhos dos trabalhadores das cidades da Serra". Com isso, a parlamentar afirma que o Rio Grande do Sul terá maior pluralidade de opiniões e uma maior construção de conhecimento.

Uma luta antiga

A congressista lembra que "é uma luta antiga. Há mais de 40 anos que o pessoal se mobiliza. Naquela região da Serra, temos 11% da população gaúcha, a gente tem 11% do PIB do Rio Grande do Sul, e, no entanto, é a única região do Estado que não tinha ainda uma universidade federal", disse a parlamentar.

Aulas já em 2025

Denise Pessôa afirmou que toda a população comemora, e a perspectiva é que já comece a ter aulas em 2025. "A gente vai definir ainda o local e os cursos de forma participativa com audiências públicas, mas a ideia é começar com seis cursos, e que inicie com mais de 2 mil estudantes".

Real digital

O coordenador do programa Drex, no Banco Central, Fábio Araújo, afirmou que ainda não há prazo para o "real digital" chegar para a população. O Drex teve a segunda fase iniciada, abrindo uma chamada pública para a entrada de novos consórcios da iniciativa privada que desejem participar do projeto. A futura moeda online brasileira deve estar à disposição do mercado para toda a população entre 2025 e 2026.